

A CASA NOBRE NO CONCELHO DE PONTE DE LIMA: ESTRUTURAS, VIVÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO

MARIA AMÉLIA DA SILVA PAIVA*

INTRODUÇÃO

O estudo da Casa Nobre do concelho de Ponte de Lima começou com um aturado levantamento arquivístico, tendo sido consultados todos os núcleos documentais relevantes para o tema cobrindo os séculos XVII e XVIII. Iniciámos a pesquisa no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, seguindo depois para o Municipal de Ponte de Lima, concluindo no Arquivo Distrital de Braga. Procurámos ainda consultar Arquivos de Família. Contudo, as várias tentativas que empreendemos neste sentido foram pouco frutíferas. Nas casas que ainda hoje pertencem aos descendentes da família original existe de facto um arquivo, constituído por um aglomerado de papéis dispersos e algum material iconográfico avulso. Porém, apesar destes documentos poderem ser potencialmente úteis e esclarecedores, na maior parte dos casos não estão tratados do ponto de vista arquivístico, e nem sempre estão acessíveis. Noutras situações, os acervos documentais dispersaram-se ou perderam-se.

Com a pesquisa documental procurámos dar resposta a três questões basilares: saber quem encomendou, quem idealizou e executou o projecto, e como se vivia. Pensamos aliás que estes vectores são determinantes para o estudo das residências civis, constituindo o pilar estruturante de qualquer projecto de investigação desta natureza. No entanto, e infelizmente, algumas questões ficaram sem resposta. A faci-

* Mestre em História da Arte pela FLUP. ameliaspaiva@gmail.com.

lidade de construir livremente em terra própria sem necessidade de requerer licenças a entidades públicas, e a falta de plantas e desenhos de arquitectura, explicam a grande carência de fontes documentais e iconográficas para o estudo da arquitectura civil privada em Portugal. Acreditamos ainda que o risco do projecto se desenvolvia de acordo com a evolução da obra, acabando por desaparecer quando esta estava concluída¹. A cópia do desenho de arquitectura e o seu respectivo registo não eram uma prática corrente na época, nem uma prioridade.

Por outro lado, a análise efectiva das casas denuncia que a maioria resulta de múltiplas intervenções arquitectónicas efectuadas ao longo dos tempos segundo as necessidades específicas e o gosto de cada geração. Portanto, não estamos perante um único projecto arquitectónico ou programa estético, mas de vários, que se foram articulando e integrando sucessivamente:

Nem sempre se pode pretender que uma casa de interesse histórico ou artístico seja inteiramente representativa duma época ou de um estilo. O que é muito frequente, pelo contrário, é que a casa que atravessou gerações e subsistiu pelos séculos fora tenha sofrido obras, restauros, ampliações e transformações, quer no exterior, quer no interior. Ampliaram-se salas, subiu-se um andar, acrescentou-se uma ala inteira, e tudo se foi realizando em épocas sucessivas, segundo o gosto do tempo e as possibilidades económicas dos proprietários².

Logo, estas casas com todo o dinamismo e ductilidade inerentes devem ser encaradas como organismos vivos, em permanente estado de metamorfose, que consubstanciam inúmeros testemunhos materiais, tornando-se verdadeiros arquivos de vivências e de memórias: «A casa é um documento autêntico da vida do homem — documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social»³.

Importa ainda esclarecer que a arquitectura civil pública patrocinada pela edilidade para o mesmo período histórico estava sujeita a um criterioso registo⁴, embora também não se conheçam fontes iconográficas desses projectos. A leitura dos *Autos de Vereação* no Arquivo Municipal de Ponte de Lima revelou as diferentes fases de

¹ No contrato de obra de pedraria, datado de 26 de Novembro de 1712, do Reverendo Francisco Pereira da Silva, Deão da Sé de Braga com Manuel Fernandes da Silva, refere-se a apresentação de um modelo feito em papelão: «Reverendo Deam foi dito que elle estava contratado com elle dito Manoel Fernandez da Silva de elle lhe fazer a obra de pedraria destas suas cazas que de novo quer fazer nesta dita Rua que serão feitas na forma de hum modelo feito em papelão [...]». Certamente que se tratava de uma maqueta para esclarecimento do encomendante, que depois da obra terminada desapareceu (cf. ROCHA, 1996: 234).

² AZEVEDO, 1988: 14.

³ AZEVEDO, 1988: 13.

⁴ PAIVA, 2006-2007: 437-465.

construção de um edifício, desde a primeira decisão camarária, passando pelo apreço da empreitada, pelo seu custo, até à execução final. Referem frequentemente a autoria do risco, chegando a esclarecer as penalizações a que estavam sujeitos os responsáveis da obra, caso não cumprissem com o estabelecido. Assim, podemos concluir que existiam práticas distintas: uma coisa era a propriedade privada e as liberdades e prerrogativas de um determinado grupo social, e a outra era o bem público e a sua protecção. Nos *Livros do Registo Geral* do Arquivo Distrital de Viana do Castelo encontrámos alguns contratos de obra, muito poucos relativamente ao elevado número de casas existentes no concelho, o que atesta a inexistência, na época, de uma prática contratual formal entre o encomendante da obra e aquele ou aqueles que a executavam. No entanto, sabemos que todos os profissionais das actividades mecânicas tinham que estar inscritos na Câmara Municipal sob pena de serem multados, sendo as suas actividades regulamentadas pelo poder público local, estando sujeitos ao pagamento de um imposto para se manterem profissionalmente activos.

Em relação às inúmeras capelas vinculares no contexto da casa nobre, foi possível coligir alguma informação no Arquivo Distrital de Braga. Embora não desvele pormenores sobre o risco nem sobre os seus autores, permite compilar um conjunto de dados úteis, como os nomes dos instituidores do vínculo, os bens vinculados, os oragos, a data da instituição, os pedidos de autorização para a celebração de missas e de todas as práticas religiosas inerentes à vida de um católico fervoroso⁵. A acção controladora por parte da Igreja era muito intensa, e facilmente compreensível no contexto da Reforma Tridentina. Esta documentação permitiu ainda identificar algumas capelas, que embora já não existam, completam o inventário das capelas vinculares existentes nos séculos XVII e XVIII e conseqüentemente das casas nobres do concelho. O estudo das capelas vinculares é ainda fundamental para a compreensão do enquadramento jurídico do Antigo Regime, que valorizava a base territorial da nobreza, evitando a desarticulação dos domínios senhoriais, protegendo assim a continuidade e o poder económico das famílias.

Quanto à pesquisa bibliográfica, constatámos que à riqueza patrimonial do concelho não corresponde uma produção bibliográfica proporcional, muito embora sejam raros os livros de arquitectura civil, as corografias e os roteiros turísticos que não mencionem alguns edifícios do concelho, sobretudo os mais emblemáticos, aqueles que possuem uma estrutura arquitectónica aparatosa e um passado histórico notável. Assim, são quase sempre referidos os mesmos exemplares: o Paço de Bertandos, o Paço de Calheiros, o Paço de Vitorino, a Casa de Pomarchão, a Casa de Nossa Senhora da Aurora. Compreendemos e partilhamos as razões pelas quais são distinguidos estes exemplares; contudo, existem outras casas, quicá menos eruditas, talvez menos

⁵ PAIVA, 2013: 194-209.

sumptuosas, por vezes até algo degradadas, mas sem dúvida merecedoras de estudo e consequentemente de um projecto de preservação.

Até porque só a análise das cento e vinte casas nobres do concelho permite tirar ilações seguras. Sabemos que existem casas nobres da mesma família nas trinta e nove freguesias do concelho, e também nos quatro municípios da Ribeira Lima — daí a grande identidade cultural da região. Deste modo, defendemos que o estudo da Casa Nobre em Ponte de Lima não se deve limitar a divulgar ideias reiteradas, mas deve problematizar esta temática.

Mas os desafios não se esgotaram por aqui; outras questões de fundo nos foram colocadas no decorrer desta investigação, nomeadamente a ausência de uma definição abrangente e consensual que caracterize a Casa Nobre, enquanto estrutura arquitectónica vinculada a uma elite social. Afinal de que tipo de casas se fala quando nos referimos a Casa Nobre? Porque é que existem tantos vocábulos para a referir? Quais as suas características? Como podemos nós identificá-las? E o que têm em comum? Será que o adjectivo *nobre* lhes deve estar associado em função das prerrogativas sociais dos proprietários? E quando a casa deixa de estar na posse dos descendentes directos, perde esse estatuto? Ou será que aquilo que a define é a sua dimensão e as fórmulas construtivas empregues? E as casas nobres têm características específicas segundo a região onde se encontram inseridas?

Embora sendo todas pertinentes, não é oportuno neste contexto editorial discutir as questões acima sinalizadas, restando-nos a oportunidade de esclarecer brevemente a nossa perspectiva: a Casa Nobre remete-nos não só para a condição social dos proprietários, e para a qualidade e dimensão do edifício, como também para a força da tradição, enquanto apropriação e transmissão de práticas e valores.

ANÁLISE DAS ESTRUTURAS CONSTITUTIVAS E FORMAS DE HABITAR

Na ausência de documentação arquivística e iconográfica, como podemos então abordar o estudo da Casa Nobre no concelho de Ponte de Lima na Época Moderna? Na nossa perspectiva, deve-se reflectir sobre as particularidades construtivas, decorativas e heráldicas comuns às diferentes casas, que foram usadas de forma reiterada até aos nossos dias, e que permitem identificar tendências e influências arquitectónicas: umas de raiz vernacular e outras de raiz erudita. Embora esta seja a única opção possível, não deixa de suscitar alguma perplexidade. Como Jaime Ferreira Alves explica, não é fácil abordar este tema:

Não esquecendo o difícil acesso que o investigador pode encontrar para o estudo de um determinado edifício, existem alguns problemas, que passo a referir:

*a falta de documentação específica sobre a construção (ou fases de construção); o desconhecimento quase total (o contrário será uma agradável excepção) do responsável do risco (arquitecto; arquitecto amador; engenheiro militar; proprietário; mestre pedreiro; mestre carpinteiro); a aquisição de estruturas e o seu aproveitamento, e a recorrência nos séculos XIX e XX, a uma nobilitação arquitectónica/pessoal, introduzindo uma linguagem formal, que o tempo se encarregará de transformar numa linguagem enganadora*⁶.

A Casa Nobre de Ponte de Lima, que se encontra em contexto urbano ou rural, apresenta basicamente dois modelos arquitectónicos: o *urbano* e as casas com torre; e distingue-se das demais pela qualidade arquitectónica e pela dimensão e espaço envolvente, expressos nos bons materiais e técnicas de construção, com a predominância do uso do granito, na volumetria do conjunto edificado, na diferenciação e especialização dos espaços edificados, na grande área de inserção com espaços de produção e fruição, e pelos sinais exteriores próprios de uma elite social. Por outro lado, a análise arquitectural destas casas confirma a persistência de um conjunto de estruturas, nomeadamente as torres e os merlões, a valorização dos frontispícios, especialmente do coroamento dos vãos, as escadarias de aparato, as varandas alpendradas, as capelas vinculares, as portadas, e as pedras de armas. Embora não sendo exclusivos da casa nobre limiana, já que os encontramos em vários pontos do País e fora dele, é, no entanto, no Norte de Portugal, na antiga região de Entre-Douro-e-Minho, e na Galiza, que se assiste à predominância destes elementos. O que aliás não surpreende, sabendo que a antiga nobreza de Portugal tem as suas raízes mais remotas na Galiza: «Ao longo de séculos de história portuguesa são inúmeros os fidalgos portugueses de ascendência galega que por razões de vizinhança e proximidade geográfica acabaram por fixar residência, quer na região de Entre-Douro-e-Minho, quer ainda na região de Trás-os-Montes»⁷.

Convém ainda assinalar a coexistência de diferentes programas arquitectónicos: uns mais ricos e sumptuosos, e outros mais simples e rústicos; no entanto, os elementos constitutivos da arquitectura senhorial estão sempre presentes, nas proporções específicas de cada projecto. Esta realidade esclarece sobre o perfil dos encomendantes, da alta à pequena nobreza rural, que apesar dos gostos distintos e sobretudo de orçamentos díspares, elegiam os mesmos símbolos, enquanto arquétipos de poder. Muitas casas nobres do concelho foram construídas com fortunas inicialmente feitas em África e na Índia, e posteriormente no Brasil. O século XVIII foi particularmente exuberante porque durante esta centúria se construíram ou reconstruíram muitas

⁶ ALVES, 2007: 280.

⁷ MORENO, 1981: 259.

casas com o dinheiro do Brasil, o que explica a grande riqueza e a heterogeneidade de projectos arquitectónicos setecentistas.

As casas nobres de modelo *urbano* caracterizam-se pelo desenvolvimento horizontal das fachadas, muitas vezes seccionadas por pilastras pouco salientes, com dois pisos, sendo que o andar nobre se distingue pelo emolduramento e tamanho dos vãos, que são de janela de sacada ou de peitoril no andar nobre, de janela, postigos e vãos de porta no piso inferior. Estas casas não têm torre nem escadaria exterior, e a varanda alpendrada quando existe é muito discreta. Os melhores exemplares deste modelo foram construídos nos arrabaldes da Vila, como a Casa Nossa Senhora da Aurora (Fig.1), no Arrabalde de São João de Fora (hoje Rua do Arrabalde). Também a Casa da Garrida, sita na Rua Conde de Bertandos, na freguesia da Ribeira (Fig. 2) e a Casa da Ferreira de Faldejães (Fig.3), na freguesia de Arcozelo, se inscrevem no mesmo modelo, apesar da primeira apresentar uma linguagem própria do último quartel do século XVIII, denotando uma organização barroca, mas já com uma gramática decorativa rococó.



Fig. 1. Casa de Nossa Senhora da Aurora



Fig. 2. Casa da Garrida



Fig. 3. Casa da Ferreira de Faldejães

As casas com torre desenvolveram-se a partir do modelo medieval da casa-torre, que por sua vez copiou o exemplo da torre de menagem dos castelos românicos da

segunda metade do século XII. A sua edificação carecia de autorização régia, e esteve ligada à ascensão de linhagens secundárias ou em plena afirmação social, correspondendo à fase da petrificação das construções senhoriais, e à progressiva sedentarização da nobreza à medida que a Reconquista se consolidava. Na Época Moderna, em resultado dos progressos da artilharia pirobalística, a estrutura turriforme e os merlões perderam o carácter defensivo, mas acresceu o seu valor simbólico. E foi a partir da torre que se desenvolveram algumas das tipologias das casas senhoriais limianas: casas com uma ala residencial adossada a uma torre (Paço do Beiral, Beiral de Lima, Casa da Granja e Casa de Pomarchão, Arcozelo); casas com duas torres ligadas entre si por um corpo central (Paço de Calheiros, Calheiros, Paço do Cardido, Brandara, Casa das Torres, Facha, Casa da Lage, Arcos; ou casas com torre ao centro (Paço do Curutelo, Freixo). Assim, as torres e os merlões podem ser considerados estruturas de continuidade, conotadas com o gosto senhorial, embora tenham conhecido uma grande evolução formal. Por exemplo, os vãos das torres, deixaram de ser meramente funcionais, e atingiram maior dimensão, atestando a evolução das mentalidades e das condições de habitabilidade. Por outro lado, além dos merlões, assistiu-se à colocação de pirâmides ou obeliscos nas extremidades da torre, acentuando a sua verticalidade e definindo linhas de força, ritmos, e direcções significativas (Fig.4). As portadas, armoriadas ou não, são uma das mais emblemáticas estruturas arquitectónicas da Casa Nobre, antecipando-a com aparato e circunstância. Acreditamos que estas surgem a partir do século XVII, evidenciando uma importância significativa na centúria seguinte, enquanto materialização dos poderes senhoriais. A portada assume várias valências: concentra o esforço decorativo, sendo frequentemente a verdadeira fachada da casa; articula e integra espaços construídos; define um eixo longitudinal que coordena o conjunto edificado com a natureza envolvente; exalta o prestígio da família nobre. Do ponto de vista formal integra elementos da arquitectura militar e da arquitectura religiosa social (Fig. 5 e 6).

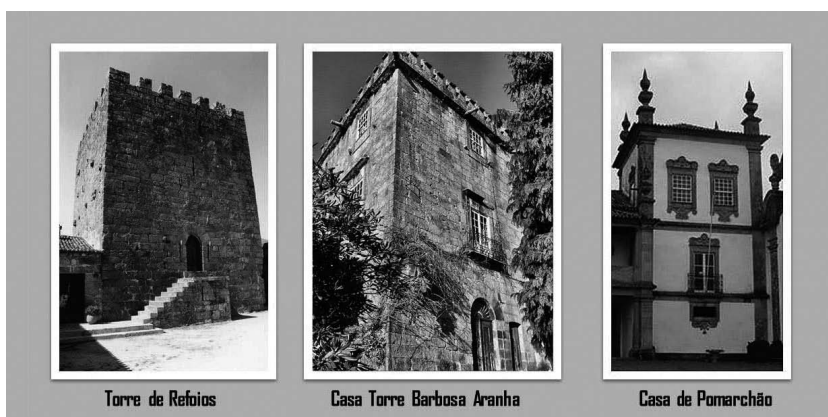


Fig. 4. Evolução da torre



Fig. 5. Portada da Casa de São Bento
(freguesia de Fontão)



Fig. 6. Portada da Casa da Boavista
(freguesia de Refoios de Lima)

No século XVIII, com o apogeu do Barroco, os frontispícios da residência senhorial ganharam maior expressão e dramatismo, e surgiu uma maior preocupação com a representação social dos proprietários. Foram abertos mais vãos de janela e de porta, de maiores dimensões e enquadrados por elementos decorativos, animando os frontispícios. Os vãos do andar nobre distinguem-se pelas dimensões e pelo requinte do trabalho de cantaria. Passa a existir uma maior interação entre o interior habitado e o espaço cénico de fruição, surgindo novas estruturas: as *loggie*, as arcadas, as varandas alpendradas. Estes são lugares de transição funcional e espacial entre o exterior e o interior da casa, e correspondem a uma importante evolução arquitectónica, fruto de novas formas de viver e habitar. As varandas alpendradas são as mais comuns, e encontram-se sobretudo nas residências rurais, preferencialmente no andar nobre (Fig. 7). São um elemento de circulação, que prolonga o interior da casa, e a sua existência estava associada ao prestígio da família. Além disso, são locais de convívio, produção e lazer, e simultaneamente perspectivavam as vistas. Conjuntamente com a escadaria de granito, assumem em alguns casos proporções desmesuradas em relação ao resto do edifício que é frequentemente de linhas arquitectónicas muito simples. As escadarias também conferem dinamismo ao frontispício e estão ligadas à ritualização de práticas sociais e à encenação de sumptuosidade. A escadaria de aparato, tão característica da teatralidade barroca, pode ter um ou mais lanços e liga sempre ao andar nobre, pressupondo a hierarquização dos espaços. Pode ser perpendicular ou adossada ao frontispício, e é geralmente ladeada por túrgidas volutas. Assume posições diferentes consoante o programa construtivo: em ambiente rural, aparece no exterior, em lugar de destaque, contribuindo para o efeito cenográfico do frontispício; nas casas de modelo *urbano* encontramos-a no interior.



Fig. 7. Casa de Pomarchão
(freguesia de Arcozelo)

As capelas vinculares surgiram nos séculos XVII e XVIII, e a sua construção junto das residências senhoriais acompanhou a afirmação do Barroco em Portugal, contribuindo inequivocamente para o fortalecimento institucional da Igreja Católica no Vale do Lima. Se por um lado, eram o testemunho da religiosidade do movimento regenerador da Reforma, representavam também a pompa que a Igreja promovia, e o prestígio social dos seus fundadores. Lembavam igualmente a importância dos ritos, do culto dos Santos e da Virgem junto das populações. Além disso, são um importante vestígio do património arquitectónico da Época Moderna, consubstanciando influências arquitectónicas e artísticas de Viana do Castelo e de Braga.

As pedras de armas identificam famílias nobres e constituem mais um sinal de afirmação e demarcação social. Além de terem valor cronológico, são uma mais-valia estética, que documenta a difusão de escolas decorativas. Assumem um lugar estratégico no conjunto edificado, encontrando-se nas portadas, nas fachadas das casas, nos frontispícios das capelas vinculares, nas torres e por vezes inseridas em fontes dos jardins de recreio.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Joaquim Jaime B. (1995) – *A casa nobre no Porto dos séculos XVII e XVIII: Introdução ao seu estudo*. «Revista Poligrafia», nº 4, p. 25-54.
- ___ (2001) – *A casa nobre no Porto na Época Moderna*. Lisboa: Edições Inapa. (Col. «Portucale»).
- ___ (2007) – *Da torre solarenga à torre de aparato: formas da casa nobre do século XVI ao século XVIII*. In *Actas do I Congresso Internacional Casa Nobre: Um Pa-*

- trimónio para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p. 277-287.
- AZEVEDO, Carlos de (1988) – *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MESQUITA, Marieta Dá (1992) – *História e arquitectura uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses da Fronteira como situação exemplar na arquitectura residencial erudita em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 3 vol. Tese de doutoramento.
- MONTEIRO, Nuno Freitas (2007) – *Casas Nobres em Portugal no Antigo Regime: Um esboço de uma geografia*. In *Actas do I Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p. 71-76.
- MORENO, Humberto Baquero (1981) – *Um fidalgo minhoto de ascendência galega: Leonel de Lima*. In *Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto*. Ponte de Lima: Instituto Cultural Galaico-Minhoto, 1 vol.
- PAIVA, Maria Amélia da Silva (2006-2007) – *Os ofícios mecânicos e a encomenda arquitectónica patrocinada pela Câmara de Ponte de Lima no século XVIII*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património», I Série, vol. V-VI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 437-465.
- ____ (2009) – *A casa nobre no Concelho de Ponte de Lima: da casa-torre medieval ao solar setecentista*. «Estudos Regionais. Revista Cultural do Alto Minho», Tomo 3, II série. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, p. 285-303.
- ____ (2011a) – *As portadas na arquitectura civil do concelho de Ponte de Lima: estruturas, funções e significados*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.
- ____ (2011b) – *A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. D. Leonel de Lima: rupturas e evolução do espaço urbano quatrocentista*. In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p. 565-583.
- ____ (2012) – *A viagem das formas artísticas na Ribeira Lima: contributos para o estudo da arquitectura civil e religiosa setecentista*. «Estudos Regionais. Revista Cultural do Alto Minho», II Série, n.º 6. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, p. 119-133.
- ____ (2013) – *A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. As capelas vinculares e o espírito reformista da Época Moderna*. In *Actas do III Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, p. 194-209.
- ____ (2014) – *A casa nobre no concelho de Ponte de Lima. Análise dos frontispícios: vivências e estratégias de afirmação*. In *Actas do IV Congresso Internacional Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1996) – *Manuel Fernandes da Silva: Mestre e*

Arquitecto de Braga 1693-1751. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão.

SILVA, António Lambert Pereira da [s.d.] – *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 5 vol.

SILVA, José Custódio Vieira da (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.